

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.321.025
Preferenciais	0
Total	4.321.025
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	27/03/2013	Ordinária		0,49294
Assembléia Geral Extraordinária	17/09/2013	Juros sobre Capital Próprio	19/09/2013	Ordinária		1,15750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.298.227	682.318
1.01	Ativo Circulante	765.965	150.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.371	31.907
1.01.01.01	Caixas e contas bancárias	1.214	2.024
1.01.01.02	Aplicações financeiras	25.157	29.883
1.01.03	Contas a Receber	23.169	17.789
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.169	17.789
1.01.04	Estoques	295	354
1.01.06	Tributos a Recuperar	108	112
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.167	695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	714.855	99.629
1.01.08.03	Outros	714.855	99.629
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	108.066	92.277
1.01.08.03.02	Aplicações Financeiras Vinculadas	5.949	7.348
1.01.08.03.03	Debêntures à Receber	600.677	0
1.01.08.03.04	Outros Créditos	163	4
1.02	Ativo Não Circulante	532.262	531.832
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.462	200.643
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	105	36
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	105	36
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.069	3.284
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.069	3.284
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	197.000	197.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	197.000	197.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	288	323
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	288	323
1.02.03	Imobilizado	1.230	984
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.230	984
1.02.04	Intangível	327.570	330.205
1.02.04.01	Intangíveis	327.570	330.205
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	327.570	330.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.298.227	682.318
2.01	Passivo Circulante	325.592	186.152
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.167	4.194
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.167	4.194
2.01.02	Fornecedores	5.072	4.053
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.072	4.053
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	3.918	3.354
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	1.154	699
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.700	17.837
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.844	16.309
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.124	14.770
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.282	1.060
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	438	479
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.856	1.528
2.01.03.03.01	ISS	1.856	1.528
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	268.911	146.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.375
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	2.375
2.01.04.02	Debêntures	268.911	144.586
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	268.911	144.586
2.01.05	Outras Obrigações	16.736	9.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	932	934
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	785	923
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	147	11
2.01.05.02	Outros	15.804	9.049
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.600	1.810
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.218	7.214
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.986	25
2.01.06	Provisões	6.006	3.124
2.01.06.02	Outras Provisões	6.006	3.124
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	6.006	3.124
2.02	Passivo Não Circulante	682.950	305.464
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	597.683	231.540
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	278
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	278
2.02.01.02	Debêntures	597.683	231.262
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	597.683	231.262
2.02.02	Outras Obrigações	31.781	33.991
2.02.02.02	Outros	31.781	33.991
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	30.944	33.447
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	837	544
2.02.04	Provisões	53.486	39.933
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.419	1.837
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.021	754
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.398	1.083
2.02.04.02	Outras Provisões	51.067	38.096

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	50.384	37.443
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	683	653
2.03	Patrimônio Líquido	289.685	190.702
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	181.533	82.550
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	159.902	60.919

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	96.412	260.352	85.705	230.096
3.01.01	Receita dos Serviços	96.412	260.352	85.705	230.096
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.343	-81.612	-28.930	-79.506
3.02.01	Custos dos Serviços	-28.343	-81.612	-28.930	-79.506
3.03	Resultado Bruto	68.069	178.740	56.775	150.590
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.169	-15.409	-5.259	-14.249
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.270	-15.657	-5.357	-14.529
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-3.776	-14.159	-4.926	-13.215
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-486	-1.432	-425	-1.258
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-8	-66	-6	-56
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	101	248	98	280
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	101	248	98	280
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	63.900	163.331	51.516	136.341
3.06	Resultado Financeiro	-1.832	-6.863	-5.451	-14.924
3.06.01	Receitas Financeiras	8.550	21.324	7.931	28.947
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.382	-28.187	-13.382	-43.871
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.068	156.468	46.065	121.417
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.543	-50.899	-14.848	-38.694
3.08.01	Corrente	-21.783	-53.684	-16.412	-40.783
3.08.02	Diferido	1.240	2.785	1.564	2.089
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.525	105.569	31.217	82.723
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.525	105.569	31.217	82.723
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	9,61000	24,43000	7,22000	19,14000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	9,61000	24,43000	7,22000	19,14000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	41.525	105.569	31.217	82.723
4.03	Resultado Abrangente do Período	41.525	105.569	31.217	82.723

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	139.362	131.273
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.378	44.417
6.01.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.785	-2.089
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	13.014	11.853
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	36	15
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	2.691	3.980
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-18.586	-19.795
6.01.01.06	Receitas c/ Juros s/ Aplicações Vinculadas	-963	-1.142
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	101	286
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	21.973	36.528
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	1.711	1.482
6.01.01.10	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	1.042	333
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovias	14.144	12.966
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.415	4.133
6.01.02.01	Estoques	59	145
6.01.02.02	Contas à Receber	-5.371	-3.424
6.01.02.03	Outros Créditos	-276	-79
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	3.012	3.625
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-472	-352
6.01.02.06	Fornecedores	-990	-904
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	-2	-855
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	1	-374
6.01.02.09	Obrigações Sociais	973	1.161
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	48.724	33.582
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-43.847	-28.556
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	353	317
6.01.02.13	Credores pela Concessão	-323	97
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-461	-182
6.01.02.15	Depósitos judiciais	35	-68
6.01.03	Outros	105.569	82.723
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	105.569	82.723
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.637	-2.603
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-465	-144
6.02.02	Aquisição de Intangível	-8.245	-4.883
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-61.704	-69.212
6.02.04	Resgates Sobre Aplicações Financeiras Vinculadas	63.777	71.636
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-138.261	-244.656
6.03.02	Pagamentos de Principal de Empréstimos	-2.644	-1.928
6.03.03	Pagamento de Juros de Empréstimos	-110	-297
6.03.05	Pagamento de Principal de Debêntures	-107.278	-107.278
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-21.553	-38.013
6.03.07	Pagamento de Dividendos	0	-88.172
6.03.08	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-1.810	-4.330
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-4.866	-4.638
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.536	-115.986

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.907	176.545
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.371	60.559

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.586	0	-6.586
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.586	0	-6.586
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.569	0	105.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	105.569	0	105.569
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	98.983	-98.983	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	181.533	0	0	289.685

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	88.829	0	0	196.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	88.829	0	0	196.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-113.610	-7.345	0	-120.955
5.04.06	Dividendos	0	0	-113.610	0	0	-113.610
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.345	0	-7.345
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.723	0	82.723
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.723	0	82.723
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	75.378	-75.378	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	75.378	-75.378	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	50.597	0	0	158.749

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	284.239	251.597
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	270.753	243.567
7.01.02	Outras Receitas	13.486	8.030
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	10.155	4.935
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.331	3.095
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.840	-64.746
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.603	-20.113
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.605	-833
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	247	280
7.02.04	Outros	-42.879	-44.080
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-10.155	-4.935
7.02.04.02	Custo da Concessão	-10.159	-12.124
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-22.565	-27.021
7.03	Valor Adicionado Bruto	220.399	186.851
7.04	Retenções	-13.014	-11.853
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.014	-11.853
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	207.385	174.998
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.324	28.947
7.06.02	Receitas Financeiras	21.324	28.947
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	228.709	203.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	228.709	203.945
7.08.01	Pessoal	18.089	17.055
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.237	12.521
7.08.01.02	Benefícios	3.817	3.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.035	920
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.382	63.436
7.08.02.01	Federais	64.614	51.058
7.08.02.02	Estaduais	50	44
7.08.02.03	Municipais	13.718	12.334
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.670	40.731
7.08.03.01	Juros	23.772	38.407
7.08.03.02	Aluguéis	1.188	842
7.08.03.03	Outras	1.710	1.482
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	105.568	82.723
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.586	7.345
7.08.04.02	Dividendos	0	46.412
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.982	28.966

Comentário do Desempenho

Intervias



Araras, 13 de novembro de 2013 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2013, período encerrado em 30 de setembro de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

- **Tráfego Pedagiado:** No 3T13 o tráfego pedagiado foi de 17.861 mil veículos equivalentes apresentando um aumento de 11,2% em relação ao 3T12. Esse aumento se deve basicamente ao início em 28 de julho da cobrança de eixos suspensos pela concessionária conforme deliberação da Artesp publicada em 27 de junho no Diário Oficial de São Paulo.
- **Receita:** No 3T13 a Intervias obteve uma receita bruta de R\$ 105,2 milhões. Em relação ao 3T12 houve um aumento na receita de 12,4%. A receita de obras no 3T13 ficou 55% maior em relação ao 3T12. A receita de pedágio cresceu 11,2% em relação ao 3T12, devido principalmente a cobrança de eixos suspensos citado anteriormente.
- **Custos e Despesas Operacionais:** No 3T13, os custos e despesas operacionais tiveram uma redução de 8,1% em relação ao 3T12. A redução de R\$ 2,4 milhões se deu em virtude principalmente de: (i) Redução das despesas administrativas em virtude da reversão das provisões das contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 0,4 milhão e fim do repasse do desconto de 50% aos usuários do sistema Sem Parar, gerando uma redução de despesas no montante de R\$ 0,8 milhão; (ii) Redução dos custos dos serviços prestados em virtude dos custos com ônus variável pago ao poder concedente ter sua alíquota reduzida de 3% para 1,5% no trimestre como compensação a não realização do reajuste da tarifa de pedágios, gerando uma redução no montante de R\$ 1,2 milhão, aumento nos custos com conservação no montante de R\$ 0,5 milhão e serviços de terceiros no montante de R\$ 0,2 milhão; (iii) Redução de custos com provisão de serviços de manutenção de rodovias que realizaram R\$ 8,5 milhões no 3T13, R\$ 2,4 milhões abaixo do realizado no 3T12. As provisões para serviços de manutenção estão sendo registradas em acordo as novas normas contábeis internacionais ICPC 01. Em contrapartida (iv) Houve o aumento nos custos de serviços de construção. No 3T13 foram R\$ 3,6 milhões a título de custos dos serviços de construção, sendo R\$ 1,3 milhão maiores que o realizado no 3T12.
- **EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA encerrou o 3T13 em R\$ 68,6 milhões e R\$ 55,5 milhões no 3T12. O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o 3T13 em R\$ 77,2 milhões e R\$ 66,4 milhões no 3T12. O aumento, tanto do EBITDA, como do EBITDA ajustado, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, se deve basicamente ao aumento das receitas de pedágio, refletindo o aumento do tráfego e redução dos custos e despesas operacionais.
- **Resultado Financeiro:** A Companhia obteve um resultado financeiro líquido no 3T13 de R\$ 1,8 milhões, 25,8% menor em relação ao resultado do 2T13. As receitas financeiras no 3T13 ficaram R\$ 1,9 milhão acima do realizado no 2T13. As despesas financeiras também apresentaram um aumento no valor de R\$ 1,3 milhão.
- **Lucro Líquido:** A Companhia obteve um lucro de R\$ 41,5 milhões, representando um aumento de 33% comparado ao 3T12, influenciado, principalmente, pelos pontos já citados anteriormente.
- **Endividamento:** A Intervias encerrou o terceiro trimestre com um endividamento de R\$ 869,7 milhões contra R\$ 305,9 milhões no 1T13. O aumento se deve a realização pela Sociedade

Comentário do Desempenho

em 25 de setembro da 3ª emissão de debêntures em série única no montante de 60.000 unidades ao valor unitário de R\$ 10 mil reais cada uma, com prazo de 5 anos e remuneração de CDI, acrescida de juros de 1,09% a.a.. A emissão teve como destinação o pagamento das 1ª e 2ª emissão de debentures, aporte de capital de giro, entre outros.

- **Investimentos:** Foram investidos R\$ 3,6 milhões no 3T13. Esses valores estão em conformidade com o Pronunciamento ICPC01, sendo que o Imobilizado operacional da Sociedade foi reclassificado como Intangível, passando a ser amortizado através do tráfego real mensal. Os investimentos em intervenções no pavimento das rodovias e recuperação de sinalização, consideradas “Conservas Especiais” foram transferidas do Imobilizado para custos com manutenções. Esses serviços somaram R\$ 3,3 milhões no 3T13.

- **Dividendos:** No 3T13 a Companhia não distribuiu Dividendos.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T13	2T13	3T12	Var% 3T13/2T13	Var% 3T13/3T12
Intervias	17.861.055	15.704.645	16.068.943	13,7%	11,2%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	3T13	2T13	3T12	Var% 3T13/2T13	Var% 3T13/3T12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	105.250	92.205	93.636	14,1%	12,4%
Receitas de pedágio	100.466	88.241	90.326	13,9%	11,2%
Receitas de obras	3.627	2.782	2.340	30,4%	55,0%
Receitas acessórias	1.157	1.182	970	-2,1%	19,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.838)	(7.835)	(7.931)	12,8%	11,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	96.412	84.370	85.705	14,3%	12,5%
CUSTOS E DESPESAS	(27.776)	(27.697)	(30.222)	0,3%	-8,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.558)	(12.657)	(11.836)	-8,7%	-2,3%
Custo dos serv. de construção	(3.627)	(2.782)	(2.340)	30,4%	55,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.683)	(5.024)	(4.840)	-26,7%	-23,9%
Remuneração da administração	(486)	(493)	(425)	-1,4%	14,4%
Despesas tributárias	(8)	15	(6)	-153,3%	33,3%
Provisão para manutenção em rodovias	(8.515)	(6.850)	(10.873)	24,3%	-21,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	101	94	98	7,4%	3,1%
EBITDA	68.636	56.673	55.483	21,1%	23,7%
Margem EBITDA	71,2%	67,2%	64,7%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(4.736)	(4.242)	(3.967)	11,6%	19,4%
Depreciação de imobilizado	(93)	(85)	(86)	9,4%	8,1%
Amortização do intangível	(4.643)	(4.157)	(3.881)	11,7%	19,6%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(1.832)	(2.470)	(5.451)	-25,8%	-66,4%
Receitas financeiras	8.550	6.642	7.931	28,7%	7,8%
Despesas financeiras	(10.382)	(9.112)	(13.382)	13,9%	-22,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	62.068	49.961	46.065	24,2%	34,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(20.543)	(16.059)	(14.848)	27,9%	38,4%
Corrente	(21.783)	(16.905)	(16.412)	28,9%	32,7%
Diferido	1.240	846	1.564	46,6%	-20,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.525	33.902	31.217	22,5%	33,0%

Comentário do Desempenho

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	3T13	2T13	3T12	Var% 3T13/2T13	Var% 3T13/3T12
EBITDA	68.636	56.673	55.483	21,1%	23,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.515	6.850	10.873	24,3%	-21,7%
EBITDA Ajustado	77.151	63.523	66.356	21,5%	16,3%

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.- Intervias (“Sociedade”) é uma Sociedade por ações domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul, constituída em 28 de maio de 1999. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 não ocorreram mudanças no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A emissão das Informações Trimestrais foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2013.

2. Concessões

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação às demonstrações de 31 de dezembro de 2012, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2013, os montantes de R\$439.008 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$283.634 referentes a recuperações e manutenções, a valores correntes, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

3. Base para preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC).

As informações trimestrais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: base de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações abaixo:

4.1. Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante		
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.416	7.463
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	7.218	7.214
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(198)</u>	<u>(249)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	6.242	3.228
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	6.006	3.124
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(236)</u>	<u>(104)</u>
Não circulante		
Credores pela concessão em rodovias - real	36.977	40.672
Credores pela concessão em rodovias a valor presente	30.944	33.447
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.033)</u>	<u>(7.225)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	61.385	46.643
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	50.384	37.443
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(11.001)</u>	<u>(9.200)</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	863	863
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	683	653
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(180)</u>	<u>(210)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do período.

4.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2013 foram implantados pela Sociedade, quando aplicáveis, em suas Informações trimestrais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, e não apresentam efeitos relevantes nas informações trimestrais, que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e Bancos	1.214	2.024
Aplicações financeiras (*)	<u>25.157</u>	<u>29.883</u>
Total	<u>26.371</u>	<u>31.907</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	3.837	3.656
Fundos de investimentos	<u>21.320</u>	<u>26.227</u>
Total	<u>25.157</u>	<u>29.883</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em 105% da variação do CDI e na média de 101% do Fundos de investimentos no período.

6. Contas a receber

Estão representadas por:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	22.329	16.938
Cupons de pedágio a receber	554	558
Cartões de pedágio a receber	<u>286</u>	<u>293</u>
	<u>23.169</u>	<u>17.789</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(*) Conforme nota explicativa nº 24b.

7. Aplicações financeiras vinculadas

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Em 30 de setembro de 2013, o valor dessa aplicação é de R\$ 5.949 (R\$ 7.348 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2012), essas aplicações foram remuneradas entre 100% e 103% da variação do CDI.

8. Debêntures a Receber

De Em 25 de setembro de 2013 foi firmado um contrato de coordenação, colocação e distribuição pública com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em regime de garantia firme, da 3º (terceira) emissão da Intervias. Foram emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures cada uma com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando o montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos milhões de reais) na data de emissão.

As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de emissão e a data da efetiva integralização.

Em 30 de setembro de 2013 a Intervias registrou o montante de R\$ 600.677 atualizado na rubrica de “outros créditos” levando-se em consideração a assinatura do contrato e por esta operação possuir um regime de garantia firme que comprovou-se na efetiva integralização dos valores atualizados na data de 7 de outubro de 2013.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Estão representados por:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.419	1.837
Direito de concessão incorporado (c)	(18.781)	(19.764)
Ajuste de encargos financeiros (b)	(8.736)	(10.176)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (d)		
Provisão para manutenção	56.390	40.567
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	<u>(13.442)</u>	<u>(2.804)</u>
Base de cálculo	17.850	9.660
Alíquota nominal	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6.069</u>	<u>3.284</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente;
- (c) Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano;
- (d) Sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

	Ativo
2014	774
2015	619
2016	619
2017	366
Após 2018	3.691
	6.069

10. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis, Equipamentos Mobiliários, utensílios	Veículos	Total
Custo do imobilizado bruto			
Saldo em 01/01/2013	3.075	84	3.159
Adições	502	-	502
Alienações/baixas	(20)	-	(20)
Saldo em 30/09/2013	3.557	84	3.641
Depreciação acumulada			
Saldo em 01/01/2013	(2.158)	(17)	(2.175)
Depreciação	(247)	(9)	(256)
Alienações/baixas	20	-	20
Saldo em 30/09/2013	(2.385)	(26)	(2.411)
Imobilizado líquido			
Saldo em 01/01/2013	917	67	984
Saldo em 30/09/2013	1.172	58	1.230
Taxas de depreciação - %	20%	20%	20%

11. Intangível

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 01/01/2013	605.549	28.434	60.152	2.069	815	697.019
Adições	5.457	-	-	224	4.478	10.159
Transferências/reclassificações	4.403	-	-	-	-4.403	-
Alienações/baixas	(279)	-	-	-	-	(279)
Saldo em 30/09/2013	615.130	28.434	60.152	2.293	890	706.899
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2013	(322.107)	(13.956)	(30.124)	(627)	-	(366.814)
Amortização	(11.120)	(525)	(1.090)	(23)	-	(12.758)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	243	-	-	-	-	243
Saldo em 30/09/2013	(332.984)	(14.481)	(31.214)	(650)	-	(379.329)

Notas Explicativas

Intangível líquido

Saldo em 01/01/2013	283.442	14.478	30.028	1.442	815	330.205
Saldo em 30/09/2013	282.146	13.953	28.938	1.643	890	327.570
Amortização %	-	-	-	-	-	5,12%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado;
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado. Vide Nota Explicativa nº 15;
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

12. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a.	-	2.259
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 4,3% a.a.	-	116
		-	<u>2.375</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 4,3% a.a.	-	278
		-	<u>278</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 30 de setembro de 2013, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final será em 18 de novembro de 2013. Em 16 de setembro de 2013 esse financiamento foi quitado pela Sociedade;
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. Em 16 de setembro de 2013 esse financiamento foi quitado pela Sociedade.

13. Debêntures

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30/09/2013		31/12/2012	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	109.125	-	72.928	90.586
2ª emissão (b)	3.000	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	160.536	-	72.437	141.186
3ª emissão (c)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	Set./2018	677	600.000	-	-
	<u>370.947</u>			<u>270.338</u>	<u>600.000</u>	<u>145.365</u>	<u>231.772</u>
Custo de transação				(1.427)	(2.317)	(779)	(510)
Total				<u>268.911</u>	<u>597.683</u>	<u>144.586</u>	<u>231.262</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 30 de setembro de 2013 de R\$1 cada uma;
- (b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real unitário em 30 de setembro de 2013 de R\$100 cada uma;

Notas Explicativas

- (c) 3ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 30 de setembro de 2013 de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	Data de emissão	Valor nominal	Data de integralização	Valor subscrito
1ª emissão	15/03/2010	307.947	26/04/2010	311.300
2ª emissão	22/11/2010	300.000	16/12/2010	302.539
3ª emissão	25/09/2013	600.000	-	-
Total		1.207.947		613.839

A remuneração das debêntures da 1ª emissão é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão será paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizada em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

Em 30 de setembro de 2013, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo da 3ª emissão apresentava a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	197.235
2017	197.235
2018	203.213
	597.683

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2013 a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão fiduciária de 80% dos direitos creditórios decorrentes da exploração das praças de pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas;
3. Cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios de indenização;
4. Todas as cotas de emissão do fundo de investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

Notas Explicativas

14. Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as transações realizadas no período de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo circulante		
Contas a receber partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	108.059	92.261
Arteris S.A.	7	10
Centrovias	-	3
Autopista Fernão Dias S.A.	-	1
Autopista Planalto Sul S.A.	-	1
Autopista Litoral Sul S.A.	-	1
	<u>108.066</u>	<u>92.277</u>
Ativo não circulante		
Contas a receber partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores com partes relacionadas:		
Arteris S.A.	147	7
Autovias S.A.	-	4
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	575	604
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	210	319
	<u>932</u>	<u>934</u>
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	5.600	1.810
Total passivo circulante	<u>6.532</u>	<u>2.744</u>

Resultado 2013	3º Trimestre 2013			Período de 9 meses 2013		
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas
Arteris S.A. (b)	-	7.132	391	-	18.586	816
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.769	-	-	5.281	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	638	-	-	1.366	-	-
Total	<u>2.407</u>	<u>7.132</u>	<u>391</u>	<u>6.647</u>	<u>18.586</u>	<u>816</u>

Resultado 2013	3º Trimestre 2012			Período de 9 meses 2012		
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas
Arteris S.A. (b)	-	6.084	253	-	19.795	789
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (a)	-	-	-	949	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	3.407	-	-	9.275	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	603	-	-	1.804	-	-
Total	<u>4.010</u>	<u>6.084</u>	<u>253</u>	<u>12.028</u>	<u>19.795</u>	<u>789</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. Os saldos e transações registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo de serviços prestatos, são relativos a operações mercantis e referem-se a serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras de manutenção de rodovias;
- (b) As despesas administrativas referem-se aos rateios e aluguéis entre as empresas do grupo. As receitas financeiras referem-se a empréstimo que teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A. e é composto por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				30/09/2013	31/12/2012
20/08/2008	22/08/2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	62.953	59.692
18/09/2008	18/09/2015	CDI + 1,037% a.a.	97.000	151.233	143.401
04/12/2008	04/12/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	12.160	11.530
17/12/2008	17/12/2015	CDI + 1,037% a.a.	52.000	78.713	74.638
			197.000	305.059	289.261

(*) Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013 e o principal terá seu vencimento em dezembro de 2015.

No decorrer do período de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$486 e R\$1.432 em 2013 e de R\$425 e R\$1.258 em 2012, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual da Sociedade. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Ao final de cada exercício social os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas” é de R\$1.199 e R\$1.572.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre as quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade prove a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício.

Notas Explicativas

Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. Credores pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão o qual é composto pelos valores devidos ao DER-SP pela outorga da concessão, ajustados a valor presente.

O valor do ônus da concessão vem sendo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000, sem considerar as alterações determinadas pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, que autorizou a prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes.

Em 27/06/2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGPM, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras; (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Notas Explicativas

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 30 de setembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	6.600	6.272	6.798	6.521
Parcela variável (a)	618	942	618	942
Total	7.218	7.214	7.416	7.463
Não circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	30.944	33.447	36.977	40.672

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Parcela variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2013 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	64	76

O valor pago pela Sociedade no decorrer do semestre findo em 30 de setembro de 2013 ao Poder Concedente foi de R\$12.659 (R\$4.866 de parcela fixa e R\$7.793 de parcela variável).

Em 30 de setembro de 2013, o valor real das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2014	1.733
2015	6.933
2016	6.933
Após 2017	21.378
	36.977

Notas Explicativas

16. Provisões

16.1 Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o semestre findo em 30 de setembro de 2013 é conforme segue:

	01/01/2013	Adições	Reversões	Utilizações	30/09/2013
Cíveis	1.083	1.105	(412)	(378)	1.398
Trabalhistas	754	633	(284)	(82)	1.021
Total	1.837	1.738	(696)	(460)	2.419

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$957 e R\$508, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2013 (R\$968 e R\$618, respectivamente em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

16.2 Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o semestre findo em 30 de setembro de 2013 é conforme seguem:

Provisões	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias
Saldos em 01/01/2013	3.124	37.443	653
Adições	-	16.717	-
AVP	-	1.679	30
Utilizações	(2.574)	-	-
Transferências	5.456	(5.456)	-
Saldos em 30/09/2013	6.006	50.384	683

Os pagamentos efetuados no período, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$8.586.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

- a) O capital social subscrito em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2013 estão demonstradas a seguir:

Acionista	Quantidade de ações subscritas	30/09/2013	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação %
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de imposto de renda.

No decorrer de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$5.600, líquidos de R\$986, referente ao imposto de renda retido na fonte.

18. Receitas

Estão representadas por:

	30/09/2013		30/09/2012	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	100.466	270.752	90.326	243.567
Receita de serviços de construção	3.627	10.155	2.340	4.935
Receitas acessórias	1.157	3.332	970	3.095
	105.250	284.239	93.636	251.597

Notas Explicativas

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30/09/2013		30/09/2012	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	105.250	284.239	93.636	251.597
ISS	(5.056)	(13.683)	(4.541)	(12.308)
PIS	(673)	(1.817)	(604)	(1.637)
COFINS	(3.109)	(8.387)	(2.786)	(7.556)
Receita líquida	96.412	260.352	85.705	230.096

19. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	30/09/2013		30/09/2012	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos				
Custo de construção	3.627	10.155	2.340	4.935
Com pessoal	4.612	13.710	4.591	13.665
Serviços de terceiros	265	793	71	125
Depreciação / amortização	4.643	12.758	3.881	11.707
Custos com poder concedente	1.796	7.468	2.972	8.143
Seguros / garantias	24	70	48	142
Conservação	3.242	9.374	2.722	9.428
Provisão para manutenção	8.515	22.566	10.873	27.021
Outros custos	1.619	4.718	1.432	4.340
Total	28.343	81.612	28.930	79.506

	30/09/2013		30/09/2012	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	1.885	5.868	1.708	4.589
Serviços de terceiros	911	2.341	817	2.359
Depreciação / amortização	93	256	86	146
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(403)	582	244	166
Consumo	428	1.165	411	1.169
Transporte	63	193	55	173
Seguros / garantias	360	1.090	388	1.357
Outras Despesas	439	2.664	1.217	3.256
Total	3.776	14.159	4.926	13.215

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro

Estão representados por:

	30/09/2013		30/09/2012	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	741	2.061	1.847	9.105
Atualizações sobre mútuos	7.132	18.586	6.084	19.795
Outras receitas	677	677	-	47
Total receitas	8.550	21.324	7.931	28.947
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(8.158)	(22.761)	(10.264)	(36.814)
Atualizações monetárias sobre o direito da outorga	(1.055)	(2.691)	(1.594)	(3.051)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(761)	(1.711)	(1.004)	(2.411)
Outras despesas	(408)	(1.024)	(520)	(1.595)
Total despesas	(10.382)	(28.187)	(13.382)	(43.871)

21. Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	Período	
	30/09/2013	30/09/2012
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível e imobilizado no período registrado em obrigações à pagar (a)	1.951	849
Lucros distribuídos e não pagos		24.331
Juros sobre capital próprio em obrigações a pagar	5.600	1.913
Comissões e custos sobre a 3ª emissão de debêntures à pagar	2.956	-
3ª Emissão de Debêntures à receber	(600.677)	-
Outros	-	1.107

(a) Fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar

22. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de setembro de 2013 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao período de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2013</u>		<u>30/09/2012</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.069	156.469	46.065	121.417
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(21.103)	(53.199)	(15.662)	(41.282)
Juros sobre o capital próprio	539	2.240	765	2.497
Efeito de adições e exclusões	21	60	49	91
Despesa contabilizada	(20.543)	(50.899)	(14.848)	(38.694)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(21.783)	(53.684)	(16.412)	(40.783)
Diferidos	1.240	2.785	1.564	2.089
	(20.543)	(50.899)	(14.848)	(38.694)

23. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação no período de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012:

	<u>30/09/2013</u>		<u>30/09/2012</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Básico				
Lucro líquido do período	41.525	105.569	31.217	82.723
Número de ações durante o ano (milhares)	4.321	4.321	4.321	4.321
Lucro por ação - básico	9,61	24,43	7,22	19,14
Diluído				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	41.525	105.569	31.217	82.723
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	4.321	4.321	4.321	4.321
Lucro por ação - diluído	9,61	24,43	7,22	19,14

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o período e exercício findo em 30 de setembro de 2013 e de 2012 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

Notas Explicativas

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nos índices sujeitos a variação sem desconsiderar os juros fixos sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)
CDI	10,00%	12,50%	15,00%	7,50%
Juros a incorrer (*)	(88.156)	(107.116)	(125.848)	(68.962)
Receita de aplicações financeiras	3.153	3.941	4.729	2.364
Receitas financeiras de mútuos	33.669	41.296	48.922	26.043
Juros a Incorrer líquido	<u>51.334</u>	<u>61.879</u>	<u>72.197</u>	<u>40.555</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 04.10.2013.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

b) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$22.267 e R\$16.938, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização

Notas Explicativas

contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2013	2014	2015	2016	2017	2017 em diante	Total
Debêntures	10,14	270.519	57.973	57.970	255.734	236.524	223.550	1.102.270
Credores pela concessão	5,79	1.650	6.400	5.802	5.802	5.802	12.088	37.544
Total		272.169	64.373	63.772	261.536	242.326	235.638	1.139.814

25. Informações por segmento de negócio

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. Garantias e seguros

A Sociedade por força contratual mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2013, as coberturas de seguros da Sociedade são resumidas como segue:

Modalidade de seguro	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perdas de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	30.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	149.388

(*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente

Notas Explicativas

27. Eventos Subsequentes

Em 07 de outubro de 2013 foi integralizado o valor da 3ª emissão de debêntures em regime de garantia firme. Os recursos líquidos obtidos por meio da integralização das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da oferta restrita, foram destinados integralmente para refinanciamento de dívidas existentes, incluindo a primeira e segunda emissões de debêntures e usos gerais da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 13 de novembro de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 139268/O-6 Contador CRC 1SP 124504/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica